



Grant Thornton

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)

Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
(ICESP) Contrato de Gestão nº 01/2022

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente nº 2434R-017-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100

Aos Conselheiros e Administradores do
**Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP) –
Contrato de Gestão nº 01/2022**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” – ICESP (Contrato de Gestão nº 01/2022), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” – ICESP (Contrato de Gestão nº 01/2022), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Personalidade jurídica própria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a FFM é a responsável pela operacionalização do contrato para a execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Fundações, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP) - Contrato de gestão nº 01/2022

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.353	126.297
Contas a receber	6	5.124	2.993
Estoques	7	27.224	28.525
Despesas antecipadas	-	587	600
Outros créditos e contas a receber	-	1.609	86
Total do ativo circulante		159.897	158.501
Ativo não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	-	438	269
Despesas antecipadas	-	117	186
Imobilizado	8	40.204	25.949
Intangível	8	-	72
Total do ativo não circulante		40.759	26.476
Total do ativo		200.656	184.977

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de gestão nº 01/2022

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	9	21.180	18.748
Serviços de terceiros	10	13.635	13.418
Obrigações sociais e trabalhistas	11	62.744	55.952
Obrigações fiscais	-	10.587	9.235
Receitas diferidas	12	35.940	27.620
Contas a pagar - FFM	13	333	1.283
Outras contas a pagar	-	6.471	1.221
Total do passivo circulante		150.890	127.476
Passivo não circulante			
Receitas diferidas	12	9.194	10.584
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	2.407	2.302
Total do passivo não circulante		11.601	12.886
Patrimônio líquido	15		
Superávit acumulado	-	38.165	44.615
Total do patrimônio líquido		38.165	44.615
Total do passivo e patrimônio líquido		200.656	184.977

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de gestão nº 01/2022

**Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
Receitas operacionais			
Contrato de gestão nº 01/2022	16	638.213	518.217
Estudos clínicos	17	19.712	15.597
Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	18	17.659	16.893
Doações e patrocínios	19	10.460	6.563
Outras receitas	-	20.251	5.189
Total das receitas		706.295	562.459
Despesas operacionais			
Pessoal	20	(428.956)	(346.407)
Materiais para consumo	21	(167.396)	(132.946)
Serviços profissionais	22	(79.205)	(70.751)
Repasses ao HCFMUSP	23	(8.955)	(8.042)
Depreciações e amortizações	8	(6.012)	(4.584)
Outras despesas	-	(35.324)	(22.105)
Total das despesas		(725.848)	(584.835)
(=) Déficit antes do resultado financeiro		(19.553)	(22.376)
Receitas financeiras	-	13.196	12.118
Despesas financeiras	-	(93)	(112)
Resultado financeiro líquido		13.103	12.006
(=) Déficit do exercício		(6.450)	(10.370)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de gestão nº 01/2022

**Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em
31 de dezembro de 2023 e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022**

	<u>2023</u>	<u>30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022</u>
(=) Déficit do exercício	(6.450)	(10.370)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.450)</u>	<u>(10.370)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de gestão nº 01/2022

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Resultado acumulado	Total
Transferência de ativos e passivos do contrato de gestão nº 01/2017	54.495	54.495
Incorporação estoques Instituto de Tratamento do Câncer Infantil - ITACI	490	490
Déficit do exercício de 2022	(10.370)	(10.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.615	44.615
Déficit do exercício de 2023	(6.450)	(6.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	38.165	38.165

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de
Oliveira" (ICESP) - Contrato de gestão nº 01/2022

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023
e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>30 de janeiro a 31 de dezembro de 2022</u>
(=) Déficit do exercício	(6.450)	(10.370)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	6.012	4.584
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	7.550	2.769
PECLD	13	7
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.936	2.060
Aumento/ (redução) das contas de ativo		
Contas a receber	(2.144)	(3.000)
Estoques	1.301	(28.525)
Despesas antecipadas	82	(786)
Outras contas a receber	(1.523)	(86)
Depósitos recursais trabalhistas	(169)	(269)
Aumento/ (redução) das contas de passivo		
Fornecedores	2.432	18.748
Serviços de terceiros	217	13.418
Obrigações sociais e trabalhistas	6.792	55.952
Obrigações fiscais	1.352	9.235
Receitas diferidas	6.930	38.204
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(3.831)	242
Outras contas a pagar	5.250	1.220
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>27.750</u>	<u>103.403</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(27.744)	(15.577)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(27.744)</u>	<u>(15.577)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	(950)	1.283
Transferência líquida ativos e passivos do contrato de gestão nº 01/2017	-	36.698
Incorporação estoques Instituto de Tratamento do Câncer Infantil - ITACI	-	490
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de financiamento	<u>(950)</u>	<u>38.471</u>
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(944)</u>	<u>126.296</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	126.297	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	125.353	126.297
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(944)</u>	<u>126.297</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo – SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

A Fundação Faculdade de Medicina (Fundação ou FFM), com sede na Av. Rebouças, nº 381, Jardim Paulista, São Paulo – SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social.

A operacionalização dos serviços de saúde do ICESP foi promovida pela FFM até 29 de janeiro de 2022 por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 5 anos.

Em 30 de janeiro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2022, também entre a FFM e o HCFMUSP, visando a continuidade da operacionalização do instituto pela Fundação por um novo período de 5 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 01 de março de 2024, pelo Conselho Fiscal da Instituição em 20 de março de 2024 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM em reunião a ser realizada em data posterior.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto e a sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.6. Escopo das demonstrações contábeis

Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2022, celebrado em 30 de janeiro de 2022 entre o HCFMUSP e a FFM, com prazo de vigência de 5 anos.

2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto

As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2022, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto.

Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às políticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber:

- Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas;
- O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução;
- Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM.

As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

	2023	2022
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do Contrato de Gestão no 01/2022:	38.165	44.615
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM		
(-) Imobilizado	(40.204)	(25.949)
(-) Intangível	-	(72)
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta “saldo de projetos em execução”	(2.039)	18.594

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transf. internas	Resultado financeiro	Resultado líquido
Relatório individual	562.459	(584.835)	-	12.006	(10.370)
Depreciações e amortizações	-	4.584	-	-	4.584
Reversão de baixas do imobilizado	-	2.769	-	-	2.769
Transferências internas	-	7.005	(7.005)	-	-
Total conforme relatório FFM 2022	562.459	(570.477)	(7.005)	12.006	(3.017)
Relatório individual	706.295	(725.848)	-	13.103	(6.450)
Depreciações e amortizações	-	6.012	-	-	6.012
Reversão de baixas do imobilizado	-	7.550	-	-	7.550
Transferências internas	-	9.576	(9.576)	-	-
Total conforme relatório FFM 2023	706.295	(702.710)	(9.576)	13.103	7.112

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos circulante e não circulante

Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.3. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.4. Ativo imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	Taxas médias de depreciação e amortização (%)
Máquinas e equipamentos	10 a 20	11
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 25	14
Computadores	6 a 25	13
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A FFM reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A FFM tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a FFM se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A FFM baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O contrato de gestão tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022, incluindo operações de hedge.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a FFM tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos.

3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas

A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais.

3.10. Patrimônio líquido

Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2022, firmado com a FFM.

3.11. Trabalho voluntário

Os trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com o estabelecido na NBC ITG 2002 (R1), sendo mensurados pelo valor justo estimado levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 26.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receitas ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3.13. Pronunciamentos novos ou alterados

Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Fundação adotou onde aplicável certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Fundação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Fundação.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Fundação, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A FFM está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da FFM, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A FFM avaliará oportunamente o eventual impacto que as alterações terão nas práticas atuais.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Administração da Fundação não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da FFM.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela FFM.

4. Encerramento do contrato de gestão nº 01/2017

Com o encerramento do Contrato de Gestão nº 01/2017 em janeiro de 2022 e a continuidade da operacionalização do ICESP pela FFM por meio do Contrato de Gestão nº 01/2022, os saldos de ativos e passivos residuais foram transferidos para o novo contrato, conforme apresentado a seguir:

Ativos e passivos	2022
Circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	103.821
Contas a receber	12.696
Estoque - Importação em andamento	26.925
Despesas antecipadas	417
Outras contas a receber	45
Fornecedores	(14.633)
Serviços de terceiros a pagar	(11.261)
Obrigações sociais e trabalhistas	(10.002)
Obrigações fiscais	(5.288)
Outras contas a pagar	(2.093)
Provisões para férias, encargos e 13º Salário	(29.895)
Receitas diferidas	(27.893)
Total	42.839
Não circulantes	
Depósitos recursais trabalhistas	72
Despesas antecipadas	72
Imobilizado	17.592
Intangível	205
Provisões para riscos trabalhistas	(2.250)
Receitas diferidas	(4.035)
Total	11.656
Valor líquido transferido do Contrato de Gestão nº 01/2017	54.495

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo refere-se aos valores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 mantido em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de valor, demonstradas ao custo e acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

	2023	2022
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	70	111
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (a)	87.651	83.057
Fundos de Investimento Renda Fixa CDI (b)	37.256	42.661
Poupança (c)	371	463
Subtotal aplicações financeiras	125.278	126.181
Total	125.353	126.297

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata. A remuneração aproximada em 2023 ficou entre 100% e 103,50% (102% e 102,50% em 2022), da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

- (b) Fundos abertos de investimento financeiro de renda fixa referenciados pela taxa CDI, com liquidez imediata. A remuneração aproximada observada em 2023 ficou entre 95,74% do CDI (95,55% em 2022).
- (c) Aplicações em poupança, com rentabilidade aproximada em 2023 de 8,04% aa (7,09% em 2022).

6. Contas a receber

Correspondem a saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2022, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP:

	2023	2022
Contas a receber		
Convênio FINEP nº 01.23.0265.00	4.451	-
Contrato de gestão nº 01/2022	-	2.538
Outras	690	462
Total	5.141	3.000
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Outras contas a receber	(17)	(7)
Total	5.124	2.993

Abertura por vencimentos:

	2023	2022
A vencer	4.626	352
Vencidos		
Até 30 dias	301	97
De 31 a 60 dias	205	10
De 61 a 90 dias	9	-
De 9 a 180 dias	-	2
Acima de 180 dias	-	2.539
Total	5.141	3.000

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa pode ser assim demonstrada:

	2022	Adições líquidas	Baixas	2023
PECLD	(7)	(13)	3	(17)
Total	(7)	(13)	3	(17)

7. Estoques

	2023	2022
Medicamentos, insumos hospitalares e outros	27.107	28.387
Adiantamentos e importações em andamento	117	138
Total	27.224	28.525

8. Imobilizado e intangível

Corresponde ao ativo imobilizado e intangível adquirido pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2022 e instrumentos anteriores:

Imobilizado	2023			2022		
	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido
Instalações, máquinas e equipamentos	42.523	(20.348)	22.175	30.369	(16.105)	14.264
Instrumentais clínico-cirúrgicos	953	(950)	3	953	(942)	11
Móveis e utensílios	4.391	(2.314)	2.077	4.178	(1.916)	2.262
Computadores e correlatos	11.805	(8.058)	3.747	11.319	(6.769)	4.550
Imobilizações em andamento	12.202	-	12.202	4.862	-	4.862
Total	71.874	(31.670)	40.204	51.681	(25.732)	25.949

Intangível	2023			2022		
	Custo	Amort. acumulada	Valor líquido	Custo	Amort. acumulada	Valor líquido
Softwares	1.661	(1.661)	-	1.661	(1.589)	72
Total	1.661	(1.661)	-	1.661	(1.589)	72

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Líquido em 31/12/22				Transferências	Líquido em 31/12/23
	Adições	Baixas	Depreciações			
Instalações, máquinas e equipamentos	14.264	1.611	(3)	(4.243)	10.546	22.175
Edificações, obras complementares	-	-	(7.545)	-	7.545	-
Instrumentais clínicos cirúrgicos	11	-	-	(8)	-	3
Móveis e utensílios	2.262	200	-	(399)	14	2.077
Computadores e correlatos	4.550	488	(2)	(1.289)	-	3.747
Imobilizado em andamento	4.862	25.445	-	-	(18.105)	12.202
Total	25.949	27.744	(7.550)	(5.939)	-	40.204

	Líquido em 31/12/22				Transferências	Líquido em 31/12/23
	Adições	Baixas	Amortizações			
Software	72	-	-	(72)	-	-
Total	72	-	-	(72)	-	-

Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde

Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão.

Termos de permissão de uso

Conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 01/2022, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados.

9. Fornecedores

	2023	2022
Medicamentos e reagentes	10.360	8.337
Materiais hospitalares em geral	5.375	5.130
Órteses, próteses e materiais especiais	1.505	1.165
Dietas enterais e parenterais	747	56
Outros	3.193	4.060
Total	21.180	18.748

10. Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção de instalações e equipamentos	3.713	2.277
Limpeza e higienização	2.599	3.777
Aluguéis	1.519	1.434
Vales refeição de funcionários	1.490	2.800
Saúde (unidades retaguarda, radiologia e outros)	1.054	704
Segurança	965	877
Serviços administrativos	663	712
Manutenção de sistemas de informática	530	326
Outros	1.102	511
Total	13.635	13.418

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Férias e encargos sociais a pagar	36.455	32.649
Salários a pagar	20.823	18.427
FGTS a pagar	3.295	2.970
INSS a recolher	2.100	1.852
Pensão Alimentícia	61	52
Contribuições sindicais a recolher	10	2
Total	62.744	55.952

12. Receitas diferidas

Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para investimentos e projetos recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2022 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com subvenções de outros órgãos.

A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado.

A movimentação nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
(+) Transferências saldos do CTR nº 01/2017	27.896	4.032	31.928
Transferências entre circulante/não circulante	967	(967)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	16.836	7.500	24.336
(-) Apropriações como receitas	(19.200)	-	(19.200)
Receitas financeiras de verbas diferidas	1.691	19	1.710
(-) Devoluções de verbas diferidas	(570)	-	(570)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27.620	10.584	38.204
Transferências entre circulante/não circulante	6.014	(6.014)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	25.631	3.704	29.335
(-) Apropriações como receitas	(25.789)	-	(25.789)
Receitas financeiras de verbas diferidas	2.467	920	3.387
(-) Devoluções de verbas diferidas	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.940	9.194	45.134

13. Contas a pagar – FFM

Referem-se fundamentalmente a operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação / alocação bancária no contrato de gestão ocorre, por falta de tempo hábil, no exercício seguinte. O saldo de tais operações em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 333 (R\$ 1.283 em 2022)

14. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	2022	Adições líquidas	Baixas e transferências	2023
Ações trabalhistas	1.095	3.936	(2.093)	2.938
(-) Dep garantia juízo / recursais	(826)	(3.936)	2.092	(2.670)
Outras contingências	2.033	107	(1)	2.139
Total	2.302	107	(2)	2.407

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 20.260 (R\$ 18.704 em 31 de dezembro de 2022).

15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2022 é composto pelo patrimônio acumulado pelo ICESP decorrente das atividades realizadas por meio do contrato atual e anteriores.

Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP.

16. Receitas operacionais - contrato de gestão

Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no contrato de gestão nº 01/2022 e aditivos, sendo que, conforme tratativas entre as partes, os custos de serviços do ICESP pagos diretamente pelo HCFMUSP são descontados dos valores devidos.

Para o 1º ano do contrato (fevereiro de 2022 a janeiro de 2023), foi estabelecido o valor global de R\$ 582.548, sendo R\$ 575.048 para custeio (R\$ 527.264 em 2022 e R\$ 47.784 em janeiro de 2023), e R\$ 7.500 para obras (implantação de unidade de transplante de medula óssea no instituto, com reconhecimento da receita em resultado conforme evolução da implantação).

Para o período de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024, foi estabelecido o valor global de R\$ 702.430, sendo R\$ 698.732 para custeio (com recebimento de R\$ 600.543 em 2023 e R\$ 98.189 em janeiro de 2024) e R\$ 3.698 para aquisição de bens permanentes.

A receita líquida para custeio em 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada:

	30 de janeiro a 31 de	
	2023	dezembro de 2022
Valores destinados ao custeio acordados	648.327	527.264
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(10.114)	(9.047)
Receita líquida no exercício	638.213	518.217

Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. As prestações de contas mensais têm sido apresentadas regularmente ao HCFMUSP, e a prestação de contas do exercício de 2023 será enviada no 1º semestre de 2024.

17. Estudos clínicos

Correspondem a receitas de serviços decorrentes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos.

18. Repasses de medicamentos oncológicos – Ministério da Saúde

Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com interveniência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde.

Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais.

Em 2023, o Instituto recebeu medicamentos no valor total de R\$ 17.636, sendo reconhecida a receita de R\$ 17.659. Em 2022, esses valores foram respectivamente de R\$ 16.645 e R\$ 16.893. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 12.

19. Doações e patrocínios

São doações em espécie e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2023 e 2022.

	30 de janeiro a 31 de 2023	dezembro de 2022
Beaufour IPSEN Farmacêutica Ltda.	2.911	2.435
Elekta Solutions AB	1.975	-
Bayer S/A	1.846	861
GR Serviços e Alimentação Ltda	330	-
Pfizer Brasil Ltda	181	-
Outras	1.889	3.775
(-) Devoluções	(281)	(487)
Total	8.851	6.584
(+) Transferências da receita diferida	1.609	-
(-) Transferências para a receita diferida	-	(21)
Total	10.460	6.563

20. Pessoal

	30 de janeiro a 31 de 2023	dezembro de 2022
Salários e ordenados	(362.774)	(291.369)
Benefícios	(38.027)	(32.443)
FGTS	(28.155)	(22.595)
Total	(428.956)	(346.407)

21. Materiais para consumo

	30 de janeiro a 31 de 2023	dezembro de 2022
Medicamentos e reagentes (*)	(94.457)	(73.629)
Materiais hospitalares em geral (*)	(37.532)	(30.704)
Órteses, próteses e materiais especiais	(10.814)	(8.334)
Outros	(24.593)	(20.279)
Total	(167.396)	(132.946)

(*) Os aumentos entre 2022 e 2023 decorrem de circunstâncias contratuais, pois o exercício de 2022 compreende movimentação apenas do período de fevereiro a dezembro, em função das datas de término do contrato de gestão anterior e início do atual (vide Nota Explicativa nº 4), além de variações nas demandas assistenciais do instituto em 2023.

22. Serviços profissionais

	30 de janeiro a 31 de	
	2023	dezembro de 2022
Manutenção de instalações e equipamentos	(20.135)	(17.441)
Limpeza e higienização	(19.576)	(22.408)
Saúde (unidades retaguarda, radiologia e outros)	(16.333)	(10.096)
Serviços administrativos	(7.655)	(7.678)
Segurança	(5.624)	(5.202)
Outros	(9.882)	(7.926)
Total	(79.205)	(70.751)

23. Repasses ao HCFMUSP

Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R\$ 8.955 em 2023 (R\$ 8.042 em 2022).

24. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o ICESP não possuía instrumentos derivativos.

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Entidade estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e saldos a pagar a fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Entidade, estando sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Entidade ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme segue:

Descrição	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	125.353	126.297
Contas a receber (Nota Explicativa nº 6)	5.124	2.993

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

Exposição a riscos de liquidez

Descrição	2023	2022
Fornecedores (Nota Explicativa nº 9)	21.180	18.748
Serviços de terceiros (Nota Explicativa nº 10)	13.635	13.418

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

25. Avais, fianças e garantias

A Fundação, no âmbito do contrato de gestão nº 01/2022, não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

26. Trabalho voluntário

Os valores estimados de trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com a NBC ITG 2002 (R1).

No contrato de gestão do ICESP foram identificadas atividades exercidas por membros do seu Conselho Diretor e por médicos voluntários atuantes no instituto. O valor estimado desses serviços foi apurado mediante valores aproximados de funções similares, representando em 2023 o montante de R\$ 2.841 (R\$ 2.570 em 2022).

27. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais

A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 31 de dezembro de 2025 (Processo nº 25000.093217/2021-19). Os processos relativos aos períodos de 12 de junho de 2010 a 11 de junho de 2015 e 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018, se encontram em processo de supervisão, sendo que a possibilidade de perda é considerada remota pelos assessores jurídicos e Administração da Fundação.

A certificação do CEBAS, conjuntamente com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições.

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal usufruídas pelo contrato de gestão nº 01/2022 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhados dos respectivos valores estimados:

	30 de janeiro a 31 de	
	2023	dezembro de 2022
Cota patronal INSS - Folha de pagamento (a)	98.187	78.973
Cota patronal INSS - Prestadores Serviço Pessoas Físicas (a)	142	54
Total	98.329	79.027
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (b)	-	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (c)	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (d)	4.342	2.822
Programa de Integração Social (PIS) (e)	942	613
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) (f)	405	319
Total	104.018	82.781

- (a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas;
- (b) Simulação empregando o regime de “Lucro Real”, com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício;
- (c) Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício;
- (d) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de “Lucro Real”, foi empregado regime de incidência “não cumulativo”, com alíquota de 7,6% sobre o faturamento;
- (e) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento;
- (f) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados.

28. Seguros (não auditado)

A FFM adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	548.810	548.810
Responsabilidade civil e profissional	12.000	18.000
Total	560.810	566.810

29. Outras informações

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

* * *